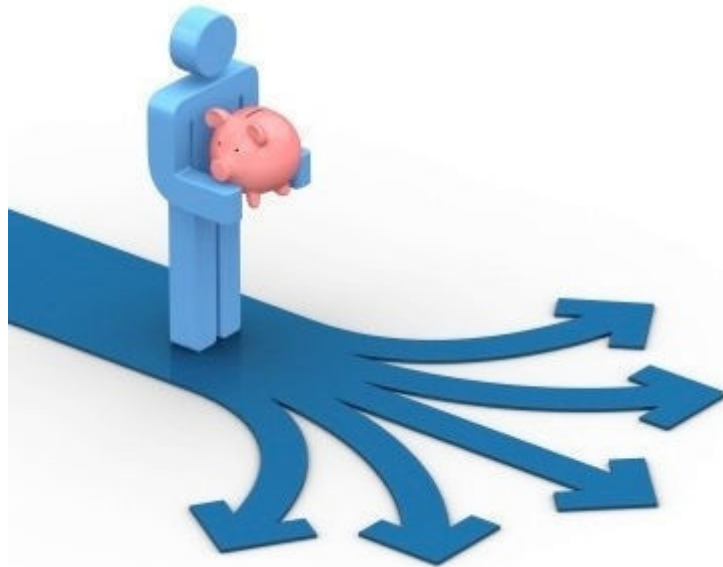


Relatório de Gestão  
*Exercício de 2016*

***ENTIA NON SUNT  
MULTIPLICANDA PRAETER  
NECESSITATEM***



## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

Dr. João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa, *Presidente*  
Dra. Ana Margarida de Sá Gonçalves Antunes, *Secretário*

### Conselho de Administração

Dr. Álvaro Manuel Ricardo Nunes, *Vice-Presidente*

Dr. Joaquim Miguel Calado Cortes de Meirelles, *Vogal*

Prof. Doutora Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso,  
*Vogal e Presidente da Comissão de Auditoria*

Prof. Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, *Vogal da Comissão de Auditoria*

Dr. Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja, *Vogal da Comissão de Auditoria*

### Revisor Oficial de Contas

Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC, representada por  
Dr. Luís Pedro Caiano Pereira

### Secretário da Sociedade e Compliance Officer

Dra. Ana Margarida de Sá Gonçalves Antunes

## Ambiente de negócio

O crescimento da economia portuguesa em 2016 permaneceu deprimido, com as previsões à data da escrita a fixarem o crescimento real do PIB em 1,2%, 40 pontos base abaixo do anterior. Manteve-se uma situação de investimento privado limitado pelo efeito conjugado de elevado endividamento empresarial e fragilidade do sistema bancário, a par de consumo privado restringido por níveis de desemprego ainda altos (11%, 150



pontos base abaixo de 2015). No que às finanças públicas respeita, a consolidação orçamental decorrente da obtenção de saldos primários positivos não foi suficiente para inverter o crescimento do ratio entre dívida pública e PIB, que voltou a subir e se fixou, de novo, acima de 130%, alto quer em termos absolutos (mais do dobro do limite previsto no Tratado de Maastricht) quer em termos relativos (o terceiro mais alto da União Europeia e o quinto mais alto do mundo). Adicionalmente, foi também insuficiente para permitir configurar investimento público susceptível de impulsionar significativamente o crescimento económico. Em contraste com os restantes indicadores, a balança de transacções correntes manteve-se superavitária, já pelo quarto ano consecutivo. O exercício de 2016 decorreu assim num ambiente de crescimento anémico e em queda, com marcadas restrições de financiamento.

## Actividade da Sociedade

A Sociedade procedeu, em Abril, à liquidação do EuroBox, que esteve assim em actividade entre Maio de 2013 e Abril de 2016. Estes quase três anos de actividade permitiram demonstrar que o propósito de montar um produto de mercado monetário de dimensão superior aos dos concorrentes directos e de rentabilidade competitiva estava ao alcance da Sociedade. Não obstante esta constatação, não sendo um fundo como o EuroBox consonante com o posicionamento ora desejado para a Sociedade como gestora de fundos alternativos, não se vislumbrou razão suficientemente forte para manter o fundo em actividade. *Entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*. Assim sendo, a Sociedade encerrou o exercício sem activos sob gestão.

Os rendimentos gerados enquanto o EuroBox esteve em actividade atingiram €17.037, 12% abaixo dos registados no exercício transacto. O EBITDA manteve-se negativo, e fixou-se em (€76.471), um agravamento que reflecte a triplicação dos custos com pessoal na sequência da implementação plena das regras aplicáveis à composição e remuneração dos órgãos sociais ao abrigo das recentes indicações regulamentares sobre o assunto.

A Sociedade permaneceu em interacção com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) relativamente ao pedido de autorização para a constituição do Box2Box – FIA Fechado (“B2B”), um fundo de investimento em direitos de crédito de agenciamento (“DiCA”) de futebolistas profissionais. Durante o segundo semestre foram preparadas manuais de procedimentos detalhados, cobrindo o investimento em DiCA e em diamantes, solicitados pela CMVM no âmbito da credenciação da Sociedade como gestora de organismos de investimento alternativo não financeiro (“OIANF”), que corre em paralelo com a solicitação ao Banco de Portugal de registo como gestora de organismos de investimento alternativo.

A Sociedade manteve igualmente interacção com os seus assessores jurídicos nas Ilhas Cayman, Higgs & Johnson, a propósito do pedido de constituição da Alternative FundBox SPC (“FundBox SPC”) e de um subfundo desta, a designar Lisbon Cut Diamond Fund (“LxC”), no qual a Sociedade se propõe intervir como “investment manager”. Por razões de economias de custos o registo na Cayman Islands Monetary Authority (“CIMA”) foi solicitado no princípio de 2017, tendo sido concedido à data da escrita.



### **Capitalização**

A Sociedade não realizou investimentos no exercício, tendo procedido à alienação de uma viatura cuja necessidade deixou de se verificar. Os fundos próprios a 31 de Dezembro de 2016 (nota 16 do Anexo) atingiam €162.760 e situavam-se acima dos mínimos legalmente exigíveis, não obstante a ausência de autofinanciamento e graças à subscrição de dois aumentos de capital, em Janeiro e Dezembro, no valor agregado de 175.000.

### **Exploração**

A Sociedade encerrou o exercício com um prejuízo de €94.193 (€80.154, no exercício anterior) essencialmente atribuível ao peso dos gastos gerais administrativos na conta de exploração, do qual mais de 60% se deve aos encargos decorrentes do “service contract” com a FundBox SGFII (nota 11 do Anexo).

### Perspectivas para 2017

Em 2017 a FundBox SPC obteve registo, sob o número 1.341.550, na CIMA, abrindo a possibilidade de início de actividade do LxC e consequente início da actividade da Sociedade como “investment manager” deste. A Sociedade envidará esforços para obter desenvolvimento semelhante junto da CMVM no que à autorização do B2B respeita, assim criando condições necessárias à adequada remuneração dos capitais investidos.



### Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que os prejuízos do exercício, no valor de €94.192,63 (noventa e quatro mil cento e noventa e dois euros e sessenta e três cêntimos), sejam levados a Resultados Transitados.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

---

Álvaro Manuel Ricardo Nunes  
*Vice-Presidente*

---

Joaquim Miguel Calado Cortes de Meirelles  
*Vogal*

---

Clara Patrícia Costa Raposo  
*Vogal e Membro da Comissão de Auditoria*

---

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso  
*Vogal e Presidente da Comissão de Auditoria*

---

Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja  
*Vogal e Membro da Comissão de Auditoria*

**BALANÇO**  
**31 de Dezembro de 2016**

(Valores em Euros)

	31-dez-16			31-dez-15
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
	1	2	3 = 1 - 2	
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	70		70	165
Disponibilidades em outras instituições de crédito	103 164		103 164	7 142
Activos financeiros detidos para negociação			-	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			-	
Activos financeiros disponíveis para venda			-	
Aplicações em instituições de crédito	65 000		65 000	65 000
Crédito a clientes			-	
Investimentos detidos até à maturidade			-	
Activos com acordo de recompra			-	
Derivados de cobertura			-	
Activos não correntes detidos para venda			-	
Propriedades de investimento			-	
Outros activos tangíveis	54 068	49 173	4 895	17 342
Activos intangíveis	44 926	44 926	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			-	
Activos por impostos correntes	4 000		4 000	3 000
Activos por impostos diferidos			-	
Outros activos	147		147	8 021
<b>Total de Activo</b>	<b>271 375</b>	<b>94 099</b>	<b>177 276</b>	<b>100 671</b>

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Passivo</b>		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões		
Passivos por impostos correntes	5 060	6 707
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	9 455	12 010
<b>Total de Passivo</b>	<b>14 516</b>	<b>18 718</b>
<b>Capital</b>		
Capital	500 000	325 000
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Reservas de reavaliação		
Reservas por Impostos Diferidos		
Outras reservas e resultados transitados	(243 047)	(162 893)
Acções próprias		
Resultado do exercício	(94 193)	(80 154)
Dividendos antecipados		
<b>Total de Capital</b>	<b>162 760</b>	<b>81 953</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>	<b>177 276</b>	<b>100 671</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
**31 de Dezembro de 2016**

(Valores em Euros)

	dez-16	dez-15
Juros e rendimentos similares	93	573
Juros e encargos similares		
<b>Margem financeira</b>	<b>93</b>	<b>573</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	17 037	19 431
Encargos com serviços e comissões	(149)	(246)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	(210)	(24)
Resultados de alienação de outros activos	13 500	
Outros resultados de exploração	(216)	(547)
<b>Produto bancário</b>	<b>30 056</b>	<b>19 187</b>
Custos com pessoal	36 896	12 135
Gastos gerais administrativos	69 537	62 019
Amortizações do exercício	12 754	18 480
Provisões líquidas de reposições e anulações		
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(89 132)</b>	<b>(73 447)</b>
Impostos	<b>5 060</b>	<b>6 707</b>
Correntes	5 060	6 707
Diferidos		
<b>Resultado após impostos</b>	<b>(94 193)</b>	<b>(80 154)</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(94 193)</b>	<b>(80 154)</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

31 de Dezembro de 2016

Método directo

(Valores em Euros)

RUBRICAS		31-dez-16		31-dez-15	
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		22 158		16 788	
Juros, comissões e outros custos pagos		(116)		(246)	
Pagamentos a fornecedores e colaboradores		(92 847)		(71 259)	
Outros pagamentos e recebimentos		(1 317)		(1 559)	
Pagamento de impostos		(20 451)		(13 321)	
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>	=		<b>(92 573)</b>		<b>(69 597)</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Variações em aplicações sobre outras instituições de crédito					
Aquisições de Imobilizado					
Dividendos					
Alienações de imobilizado		13 500			
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>	=		<b>13 500</b>		<b>0</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Capital Social		175 000			
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>	=		<b>175 000</b>		<b>0</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)</b>	+		<b>95 927</b>		<b>(69 597)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+				
Caixa e seus equivalentes no início do período		72 307		141 904	
Caixa e seus equivalentes no fim do período			<b>168 234</b>		<b>72 307</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.**

Demonstrações Financeiras

**31 de Dezembro de 2016**

**Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de Dezembro de 2016****Valores Expressos em Euros (€)****POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

---

**NOTA 1) – BASES DE APRESENTAÇÃO**

---

A **Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.**, doravante designada por “Fund Box – S.G.F.I.M” tem por objecto a gestão e administração de fundos de investimento mobiliário, a administração e gestão de carteiras por conta de outrem, a prestação de serviços de consultoria e assessoria em matéria de investimentos, a constituição, participação e/ou gestão de organismos de investimento colectivo e todas as demais actividades legalmente permitidas a este tipo de sociedade financeira.

A constituição da sociedade foi autorizada pelo Banco de Portugal a 5 de Abril de 2011, sendo que a sua constituição se realizou a 30 de Maio do referido ano.

A Fund Box – S.G.F.I.M. tem a sua sede na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 1 15º andar Sala 2 1070-101 Lisboa, o n.º de identificação de pessoa colectiva 509 875 955 e detém o capital social de quinhentos mil euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base em registos contabilísticos expressos em Euros e em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 13/2005 de 30 de Dezembro e pelo aviso n.º 9/2005 de 6 de Dezembro de 2005.

O Banco de Portugal concedeu à FundBox – S.G.F.I.M. autorização para o início da sua actividade de gestão de organismos de investimento colectivo a 13 de Março de 2012. Esta autorização foi também concedida por parte da CMVM a 27 de Julho de 2012. As outras actividades registadas no seu objecto social ainda não tiveram autorização por parte dos reguladores, visto que o Conselho de Administração ter optado em preparar a sociedade na fase inicial da mesma para a gestão de organismos de investimentos.

Na sequência da publicação da Lei 16/2015 de 24 de Fevereiro e do entendimento conjunto emitido pelo Banco de Portugal e pela CMVM a FundBox – S.G.F.I.M. requereu nova autorização e registo junto destas entidades a 25 de Dezembro de 2015. Encontra-se à presente data a aguardar deferimento dos pedidos efectuados.

**NOTA 2) – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas reconhecidas nas demonstrações financeiras da sociedade são as seguintes:

- Especialização de exercícios - A sociedade regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
- Activos Tangíveis e Intangíveis – Os activos Tangíveis e Intangíveis estão contabilizados pelos valores que resultaram da sua aquisição. Como tal encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se as taxas genéricas conforme previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

**NOTA 3) – DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

	31-Dez-16	31-Dez-15
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	103.164	7.142
Depósitos a Prazo	65.000	65.000
	168.164	72.142

A 31 de Dezembro de 2016, a Sociedade detinha um depósito a prazo junto do Banco Millennium BCP no montante de €65.000 com vencimento a 27 de Janeiro de 2017.

**NOTA 4) – ACTIVOS INTANGÍVEIS**

	31-Dez-16	31-Dez-15
<b>Activo</b>		
Programas Informáticos	44.926	44.926
Outros activos intangíveis	0	0
<b>Total</b>	44.926	44.926
<b>Amortizações</b>		
Programas Informáticos	44.926	44.926
Outros Activos Intangíveis	0	0
<b>Total</b>	44.926	44.926
<b>Saldo Líquido</b>	0	0

**NOTA 5) – ACTIVOS TANGÍVEIS**

	31-Dez-16	31-Dez-15
<b>Activo</b>		
Equipamento Informático	4.279	3.971
Diversas Instalações	9.789	9.789
Material de Transporte	40.000	61.000
<b>Total</b>	<b>54.068</b>	<b>74.761</b>
<b>Amortizações</b>		
Equipamento Informático	4.279	3.971
Diversas Instalações	4.895	2.447
Material de Transporte	40.000	51.000
<b>Total</b>	<b>49.173</b>	<b>57.419</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>4.895</b>	<b>17.342</b>

Em Maio de 2016 ocorreu a alienação de uma viatura que a essa data já se encontrava totalmente amortizada, originando uma mais valia de €13.500.

**NOTA 6) – CUSTOS DIFERIDOS**

	31-Dez-16	31-Dez-15
Custos diferidos		
Seguro	146	439
FundManager	0	2.554
	<b>146</b>	<b>2.993</b>

O montante contabilizado na rubrica de custos diferidos diz respeito aos seguros de automóveis. Em 2015, para além dos custos diferidos com seguros, existiam também custos relativos ao software de valorização dos fundos, que deixaram de ser faturados no decorrer do ano de 2016, por via da não utilização do referido software.

**NOTA 7) – OUTROS ACTIVOS**

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	1	10
Comissão de Gestão	0	5.019
	1	5.028
Custos Diferidos	146	2.993
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>8.021</b>

Os juros e rendimentos similares dizem respeito ao reconhecimento dos juros provenientes das aplicações a decorrer à data de 31 de Dezembro de 2016. O saldo apresentado referente à comissão de gestão é regularizado trimestralmente, conforme descrito no prospecto completo e no IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) do Fundo, sendo o respectivo pagamento efectuado no mês seguinte ao fim de cada trimestre. No entanto, e uma vez que o fundo EUROBOX – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Harmonizado do Mercado Monetário Euro foi liquidado em Abril de 2016, deixou de ser aplicável a cobrança de comissão de gestão.

**NOTA 8) – OUTROS PASSIVOS**

	31-Dez-16	31-Dez-15
Credores		
Estado	2.752	741
Fornecedores	2.461	2.952
Outros credores	0	0
Encargos a pagar	4.243	8.317
	9.455	12.010

Na rubrica do Estado encontram-se reflectidas as contribuições a pagar à Segurança Social e retenções na fonte relativas às remunerações de Dezembro, que irão ser liquidadas no decorrer do mês de Janeiro de 2017.

O valor referente ao saldo de fornecedores diz respeito a honorários de auditoria.

Os encargos a pagar dizem respeito aos custos com o subsídio de férias/mês de férias a liquidar em 2017 e respetivos encargos com a segurança social.

**NOTA 9) – CAPITAL SUBSCRITO E RESERVAS**

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital da Fund Box – S.G.F.I.M é detido pelas seguintes entidades:

	Número de Acções	Valor Nominal	Percentagem
Fund Box Holdings, SA	64.335	321.675	64,34%
Ulissul - Sociedade Imobiliária, Lda	11.725	58.625	11,73%
Rui Manuel Alpalhão	1.537	7.685	1,54%
Isabel Maria Marques Ucha	1.537	7.685	1,54%
Joaquim Meirelles	1.161	5.805	1,16%
João Paulo Safara	1.560	7.800	1,56%
João Freitas e Costa	4.657	23.285	4,66%
António Juzarte Rolo	4.657	23.285	4,66%
East Line Ltd.	3.800	19.000	3,80%
Six C Lda.	5.031	25.155	5,03%
	100.000	500.000	100%

	Total da Situação Líquida	Capital	Reservas e Resultados Transitados	Acções Próprias	Resultado Líquido do Exercício
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	81.953	325.000	(162.893)	-	(80.154)
Realização de Capital	-	175.000	-	-	-
Transferência para Resultados Transitados	-	-	(80.154)	-	80.154
Transferência para Reservas	-	-	-	-	-
Reservas por Impostos Diferidos	-	-	-	-	-
Aquisição de Acções Próprias	-	-	-	-	-
Alienação de Acções Próprias	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(94.193)	-	-	-	(94.193)
Saldo em 30 de Dezembro de 2016	162.760	500.000	(243.047)	-	(94.193)

O montante negativo de €80.154 do Resultado Líquido do Exercício de 2015 foi totalmente transferido para resultados transitados.

Durante o ano de 2016 foram efetuados dois aumentos de capital, tendo sido o primeiro em Janeiro no montante de €75.000 através da subscrição 15.000 ações com o valor nominal de €5 e o segundo em Dezembro no montante de através da subscrição de 20.000 novas ações com valor nominal de €5 cada, representando um montante total de €100.000.



**NOTA 10) – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

Os rendimentos e encargos de serviços e comissões apresentam-se da seguinte forma:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Comissões de Gestão	17.037	19.431
Outras Comissões		
	<u>17.037</u>	<u>19.431</u>
Encargos com Serviços e Comissões		
Por Serviços Bancários	149	246
	<u>149</u>	<u>246</u>
Saldo Líquido	<u>16.889</u>	<u>19.185</u>

**NOTA 11) – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Combustíveis	145	697
Comunicações	179	427
Material de Consumo Corrente	0	800
Conservação e Reparação	0	1.057
Outros Fornecimentos e Serv. Externos	0	639
Deslocações, Estadas, Despesas Representação	190	299
Publicidade não obrigatória	0	431
Seguro	1.023	1.808
Serviços Especializados	23.556	22.775
Outros Custos	44.395	33.086
	<u>69.537</u>	<u>62.019</u>

Na rubrica de outros custos, à semelhança do já ocorrido durante o exercício de 2015, encontra-se reconhecido o valor mensal referente ao *service contract* assinado entre a sociedade e a FundBox – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA. Também nesta rubrica se encontra reconhecido o valor referente ao contrato de

acompanhamento de gestão celebrado entre a sociedade e a FundBox Holdings, SA.

O aumento do destes custos deve-se ao acerto de faturação pela FundBox – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA. de custos no montante de €13.730 relativos a 2015 ao abrigo do service contract.

Os serviços especializados são compostos essencialmente por €17.717 referentes a honorários de advogados e consultores, e por €3.613 respeitantes à manutenção do software de valorização dos fundos.

---

#### NOTA 12) – OUTROS RESULTADOS

---

	31-Dez-16	31-Dez-15
Proveitos		
Juros e Rendimentos Similares	93	573
	93	573
Custos		
Amortizações do Exercício	12.754	18.480
Outros Impostos	216	547
	12.971	19.027
Saldo Líquido	(12.877)	(18.454)

O saldo dos Juros e Rendimentos Similares dizem respeito a juros obtidos em aplicações financeiras, particularmente depósitos a prazo.

---

#### NOTA 13) – IMPOSTOS

---

	31-Dez-16	31-Dez-15
Pagamento Especial Conta	4.000	3.000
IRC	0	0
Tributações Autónomas	-5.060	-6.707
Total	-1.060	-3.707

As tributações autónomas resultam das despesas e amortizações associadas às viaturas da empresa, assim como de despesas de representação.

**NOTA 14) – GASTOS COM PESSOAL**

	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações Órgãos Sociais e Fiscalização		
Órgãos Sociais e Fiscalização	24.574	7.980
Subsídio de Férias	2.679	750
Férias	2.679	750
Subsídio de Natal	1.536	563
Encargos Sociais Obrigatórios	5.429	2.093
	36.896	12.135

O valor incluído nesta rubrica diz respeito aos honorários de 2016 do Revisor Oficial de Contas e de dois membros dos Órgãos Sociais.

**NOTA 15) – RISCOS FINANCEIROS**

Da análise dos diferentes riscos financeiros possíveis, a empresa não se encontra exposta aos mesmos, conforme se descreve seguidamente:

Justo valor – tendo em consideração a natureza dos activos e passivos, é considerado razoável que o justo valor dos mesmos não difere do valor contabilístico dos mesmos.

Risco cambial – Todos os activos e passivos da FundBox – SGFIM, SA estão expressos em Euros. Deste modo, a sociedade considera não estar exposta ao risco cambial.

Risco de liquidez e de taxa de juro – as aplicações financeiras efectuadas pela FundBox – SGFIM, SA são de curto prazo e de risco reduzido ou nulo, sendo as taxas de juro definidas no momento inicial da aplicação financeira. Deste modo, a sociedade entende não estar exposta ao risco de liquidez e de taxa de juro.

Risco de crédito – todas as operações efectuadas pela FundBox – SGFIM, SA são efectuadas com recurso a capitais próprios e nunca com recurso a capitais alheios, pelo que o risco de crédito é nulo face a capitais alheios.

**NOTA 16) – GESTÃO DE CAPITAL**

A FundBox – SGFIM, SA encontra-se sujeita à supervisão pelo Banco de Portugal.

Actualmente, não detém qualquer fundo sob sua gestão.

A 31 de Dezembro de 2016 a sociedade apresenta Fundos Próprios no montante de €162.760.

Em Janeiro de 2016 e Dezembro de 2016 foram subscritos aumentos de capital nos montantes de 75.000 euros e 100.000 euros, respetivamente, através de novas entradas em dinheiro, deliberações essas que permitiram regularizar o cumprimento dos rácios mínimos de fundos próprios.

**NOTA 17) – PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO**

Todos os proveitos registados pela sociedade tiveram origem no mercado nacional.

**NOTA 18) – VALORES ADMINISTRADOS**

À data de 31 de Dezembro de 2016, não existem valores administrados pela sociedade.

**NOTA 19) – ENTIDADES RELACIONADAS**

	31-dez-16		31-dez-15	
	Fundbox SGFII	Fundbox Holdings	Fundbox SGFII	Fundbox Holdings
<b>Saldos de Balanço</b>				
Encargos a Pagar	0	0	5,231	0
	0	0	5,231	0
<b>Saldos da Demonstração de Resultados</b>				
Fornecimentos e Serviços Externos	29,340	14,760	17,567	14,760
	29,340	14,760	17,567	14,760

**NOTA 20) – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Nada a referir.

---

**NOTA 21) – OUTRAS DIVULGAÇÕES**

---

Tanto quanto é do conhecimento da Administração da Sociedade Gestora, não existem quaisquer processos ou contingências relativas a responsabilidades com terceiros.

**Contabilista Certificado**

**Conselho de Administração**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da FUND BOX - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, SA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 177.276 euros e um total de capital próprio de 162.760 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 94.193 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da FUND BOX - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, SA em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal nº1/2005 de 21 de Fevereiro e pela Instrução nº9/2005, de 11 de Março.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Incerteza material relacionada com a continuidade**

A Entidade apresenta em 31 de Dezembro de 2016 capitais próprios de 162.760 euros, inferiores à metade do seu capital social, e apresentou no ano findo em tal data e no ano imediatamente anterior resultados líquidos negativos de valor significativo (respectivamente 94.193 euros e 80.154 euros) que reflectem o nível muito reduzido da actividade desenvolvida, pelo que em nossa opinião a continuidade das suas operações e a realização dos seus activos e liquidação dos seus passivos se encontra dependente da manutenção do apoio financeiro dos seus accionistas e da viabilidade das suas operações futuras. A situação descrita determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Saliente-se, apesar do anteriormente referido, que a entidade cumpre com os níveis de fundos próprios exigidos pelo Banco de Portugal para o exercício

## CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

da gestão de fundos de investimento mobiliário e atenta a inexistência de quaisquer fundos sob gestão em 31 de Dezembro de 2016.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas

Rua S. Domingos de Benfica, 33 – R/C • 1500 LISBOA • Tel 21/7248320

Contribuinte nº 501 501 169 • Constituída em 24 de Janeiro de 1985 por escritura lavrada no 12º Cartório Notarial de Lisboa  
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 38 • Inscrita na CMVM com o nº 20161388

## CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
  - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
  - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
  - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

#### Sobre o relatório de gestão

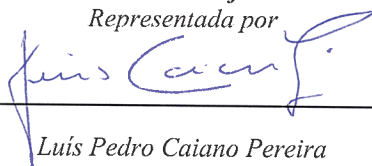
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2017

**CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO**

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*

*Representada por*



*Luís Pedro Caiano Pereira*  
ROC n.º 842

Rua S. Domingos de Benfica, 33 – R/C • 1500 LISBOA • Tel 21/7248320

Contribuinte n.º 501 501 169 • Constituída em 24 de Janeiro de 1985 por escritura lavrada no 12.º Cartório Notarial de Lisboa  
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 38 • Inscrita na CMVM com o n.º 20161388